

ATA DA 8.^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO ESTADO DO PARANÁ, EM 21 DE MARÇO DE 1947

Presidência do senhor João Chéde, secretariada pelos srs. Pinheiro Júnior e Rivadavia Vargas.

À hora regimental procede-se à chamada, estando presentes os seguintes deputados: — João Chéde, Pinheiro Júnior, Alcides Pereira Junior, Aldo Laval, Aldo Silva, Alvir Riesemberg, Lustosa de Oliveira, Santos Filho, Atilio Barbosa, Edgard Sponholz, Felizardo Gomes da Costa, Accioly Filho, Guatagarrá Borba, Helio Setti, Ernani Benghi, Zagonel Passos, José Darú, Vieira Neto, Ribeiro dos Santos, Julio Xavier, Lineu Novais, Portugal Tavares, Lopes Munhoz, Ovande do Amaral e Rivadavia Vargas, (25), achando-se ausentes, com causas justificadas, os senhores: José Machuca, Anísio Luz, Avelino Vieira, Ostojá Roguski, Lacerda Werneck, Marês de Sousa, Iracy Viana, Alves Baccelar, Júlio Buskei, Justiniano Clímaco, Firman Neto e Waldemiro Pedroso, (12).

Constatada a presença de número legal

ABRE A SESSÃO

passando o sr. 2.^o Secretário à leitura da ata da sessão anterior, que, depois de lida, é aprovada.

Passa o sr. 1.^o Secretário à leitura do seguinte:

EXPEDIENTE

— Ofícios encaminhados à Mesa pelo senhor Governador do Estado referentes a solicitações feitas por vários Deputados. (16):

Governo do Estado do Paraná.

Curitiba, 20 de março de 1947.

Of.n.º 41.

Senhor Presidente:

Em atenção à indicação dos deputados José Machuca, Júlio Rocha Xavier, Aldo Laval, J. Santos Filho, José Darú e Aldo Silva, na qual se enuncia a importância de se estudar a construção de uma estrada de rodagem que ligue a cidade de Antonina à cidade de Jaguariaíva, temos a honra de manifestar a satisfação de verificar que a referida indicação coincide, neste ponto, com a nossa plataforma de governo que considerou a necessidade do estudo referido e com a afirmação dessa necessidade que foi, depois, repetida em público durante a última campanha eleitoral, particularmente em reiteradas promessas nossas ao povo da região diretamente interessada.

No sentido de nossa orientação, estamos procedendo, ao que chamamos de “estudos paranaenses”, de cujas conclusões teremos o planejamento de

tôdas as obras e realizações para a nova era que pretendemos inaugurar, para construirmos UM PARANÁ MAIOR.

Aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossa Excelência os meus protestos de alta consideração e a essa Assembléia a afirmação do nosso respeito.

(a) Moyses Lupion — Governador”.

“Governo do Estado do Paraná.

Curitiba, 21 de março de 1947

Of. n.º 42

Senhor Presidente:

Respondendo o ofício número um dessa Assembléia em que se sugere ao Poder Executivo a criação imediata dos Municípios de Mandaguari, Arapongas, Ibiaporã e Santa Mariana, tenho a honra de lembrar que, pela atual legislação, e dentro do plano quinquenal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, somente no próximo ano de 1948 é que será permitido reverter-se a atual divisão político-administrativa dos Estados, salvo autorização excepcional da Presidência da República.

Aproveito a oportunidade para manifestar a Vossa Excelência os meus protestos de alta consideração.

Tudo por um Paraná Maior.

(a) Moyses Lupion — Governador”.

“Governo do Estado do Paraná.

Curitiba, 21 de março de 1947

Of. n.º 43

Senhor Presidente:

Tenho a honra de levar às mãos de Vossa Excelência, as inclusas informações que o Governo do Estado achou de bom alvitre apresentar, atendendo assim as sugestões dos ilustres deputados srs. José Darú e Rivadávia Vargas.

Atendendo a sugestão do deputado Rivadávia Vargas, apresentada em plenário dessa ilustre Assembléia, tenho muita honra em informar o seguinte:

a) Face ao decreto-lei federal n.º 199, de 30 de dezembro de 1943 que regulou a divisão judiciária e administrativa do Estado, somente no dia 1.º de janeiro do ano de 1948 poderá operar-se a criação do Município de Curiúva;

b) Enquanto vigorar o decreto-lei supra citado não poderá o Executivo tomar a iniciativa de propor a elevação a município do distrito de Curiúva.

Estando em véspera de ganhar o Estado do Paraná, a sua definitiva autonomia, com a próxima promulgação de sua Constituição, o assunto certamente poderá ser ventilado, quer por iniciativa dos senhores Deputados, quer por iniciativa do próprio Executivo.

Quanto ao que deseja saber o sr. Deputado José Darú, tenho muita honra em comunicar a V. Excia. que o governo do Estado já havia estendido à colônia de Santa Felicidade, a rede de luz e força da Companhia Força e Luz do Paraná.

Como medida preliminar fez depositar a importância de Cr\$ 200.000,00, com a qual serão iniciados os serviços atinentes.

Vê assim V. Excia. que o Executivo paranaense vai ao encontro daquele problema, com a intenção de solucioná-lo convenientemente no mais curto prazo de tempo.

Com relação a extensão da linha telefônica também está o Executivo paranaense vivamente empenhado na sua rápida concretização.

Com esse objetivo vem tomando as necessárias providências, a-fim-de que o próspero núcleo seja servido com tão indispensável elemento de progresso.

Como poderá verificar V. Excia. as sugestões apresentadas ao Plenário dessa ilustre Assembléia, estão sendo objeto da ação decidida do Governo do Estado.

Valho-me do ensejo, outrossim, para apresentar a V. Excia. os meus protestos de alto apreço e consideração.
Tudo por um Paraná Maior.

(a) Moyses Lupion — Governador”.

“Governo do Estado do Paraná.

Curitiba, 21 de março de 1947

Of. n.º 44

Senhor Presidente:

Tenho a honra de levar ao conhecimento dessa Assembléia, em atenção ao requerido pelos deputados Júlio Buskei, Antonio dos Santos Filho e Vieira Neto, no sentido do fornecimento de sementes selecionadas de trigo e de centeio de qualidade mais adaptável ao nosso clima, e no sentido de que se peça das Prefeituras Municipais a relação nominal dos agricultores interessados, bem como da quantidade de que cada qual necessite — que o governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Agricultura, já está providenciando a distribuição das sementes de trigo, e, ao mesmo tempo, está concertando um plano amplo de assistência aos colonos que tiveram seus haveres perdidos em consequência da praga dos acrídios.

Nesse plano, inclui-se não apenas o fornecimento de sementes, como, igualmente, a entrega de ferramentas para a lavoura e amparo financeiro, segundo estudos urgentes que, concluídos, levarão o amparo do Estado à zona sacrificada.

Aproveito a oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência, a minha alta consideração e a essa Assembléia o meu respeito.

Tudo por um Paraná Maior.

(a) Moyses Lupion — Governador”.

“Governo do Estado do Paraná.

Curitiba, 21 de março de 1947

Of. n.º 45

Senhor Presidente:

Respondendo ao ofício número treze dessa Assembléia Constituinte que encaminhou duas sugestões do deputado Júlio Rocha Xavier, a primeira sobre a construção de um Mercado de Curitiba, em regime de cooperação entre o Estado e a Municipalidade da Capital, e a segunda sobre a construção da ponte sobre o rio Itararé, em Passos do Leite, ligando o município de Carlópolis à cidade paulista de Fartura, temos a honra de informar que fizemos remeter a primeira à Prefeitura Municipal para estudo da conveniência daquele Mercado e de sua construção; e que, em relação à segunda, a sua matéria foi objeto de nossa plataforma de Governo e de nossas reiteradas promessas à população da zona que será constantemente beneficiada.

E, em cumprimento do nosso programa por aquele modo anunciado ao povo, as obras da referida ponte farão parte da planificação que a Secretaria competente irá imediatamente elaborar, por um Paraná maior.

Reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Tudo por um Paraná Maior.

(a) Moyses Lupion — Governador”.

“Governo do Estado do Paraná.

Curitiba, 21 de março de 1947

Of. n.º 46

Senhor Presidente:

Em atenção à sugestão do deputado Avelino Antonio Veira, relativamente à criação do município de Ibatí, temos a honra de renovar a essa Assembléia as considerações de que dentro da atual legislação e dentro do plano quinquenal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, somente no próximo ano vão ser possíveis alterações nos quadros da divisão político-administrativa do Estado, salvo licença excepcional do Presidente da República.

Nesta oportunidade reitero a Vossa Excelência os meus protestos de especial estima e a essa Assembléia a afirmação do meu respeito.

Tudo por um Paraná Maior.

(a) **Moyses Lupion — Governador**”.

Finda a leitura do Expediente:

O sr. **Alcides Pereira** pede à Mesa nomeie uma Comissão de Parlamentares, para acompanhar o senhor **Ernani Benghi**, e o introduzir no recinto do plenário, para tomar posse de sua cadeira de Deputado.

O sr. Presidente designa uma comissão composta dos senhores: — **Ribeiro dos Santos**, **Lineu Novais** e **Aldo Silva** para acompanhar até à Mesa o sr. **Hernani Benghi**.

A seguir dá entrada no recinto o sr. **Hernani Benghi**, que, convidado pelo sr. Presidente, presta o compromisso legal fundamentado nos seguintes dizeres: “Prometo guardar a Constituição Federal e a do Estado que fôr promulgada, desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e sustentar a União, a integridade e a independência do Brasil.”

O sr. Presidente considera empossado o deputado **Hernani Benghi**, ouvindo-se após uma salva de palmas.

A seguir, o Sr. Presidente franqueia a palavra aos oradores inscritos.

O SR. **ALDO SILVA**: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. **ALDO SILVA**: — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Não poderíamos nós nesta época em que se inicia uma nova era política e administrativa para o Estado do Paraná, não poderíamos nós, quando os olhos de todos os paranaenses dignos e todos aqueles que amam e vivem nesta terra, voltam-se para o primeiro Magistrado paranaense, deixar de ficar esperançosos de que a sua gestão, pelo seu caráter, pela sua cultura, pelo seu coração e pelo seu patriotismo, venha trazer ao nosso Estado, à nossa gente, a época de progresso e de tranquilidade de que tanto necessitamos.

Vimos neste recinto representantes de partidos que não sufragaram nas urnas o nome de S. Excia. o sr. **Moyses Lupion**, afirmarem que apesar disto nele também depositam as suas esperanças para a realização de um governo profícuo e benéfico para a nossa terra. E estes motivos, para nós outros que, coligados, levamos às urnas o nome do sr. **Moyses Lupion**, nos emocionam e satisfazem porque vimos traduzidas assim as intenções dos Membros desta Casa e dos partidos políticos do Paraná, que eles representam, de colaborar, de auxiliar, de trabalhar, enfim, intenções voltadas para formação grandiosa de um Paraná maior.

E justamente quando este governo se inicia; quando o sr. **Moyses Lupion** assume as rédeas do governo; quando seus primeiros passos se firmam para assentar as bases da construção desse Paraná maior, vimos sentidos levantar-se nesta Casa, uma palavra de crítica à S. Excia., palavra esta que ecoou lá fora através das ondas sonoras da estação de rádio local.

Vimos sentidos, porque justamente diante de tantas intenções louváveis e justas de trabalhar pelo nosso Paraná; diante de tantas esperanças de todos os paranaenses, e ante os primeiros atos do governo que só podemos julgar revestidos das mais sadias, das mais nobres e justas intenções, verificamos que estes atos não foram bem compreendidos, pelo menos por um partido entre aqueles que tem assento nesta Casa.

Não que achemos que a laboriosa e útil classe dos funcionários públicos não mereça as melhores simpatias da população do Paraná; achamos, sim, e afirmamos aqui, que o funcionário público é parte integrante da vida do Estado, à ele incumbindo a nobre e árdua tarefa de cuja execução patriótica e eficiente dependem as obras de qualquer governo, no desejo sadio de realizar. Sem a cooperação do funcionário público nenhum governo poderá fazer uma boa administração.

O caso do novo horário para os funcionários das repartições públicas, reflete bem a ação de S. Excia., o Governador do Estado, que nem sequer repartiu o seu horário de trabalho, porque o vemos trabalhando, passando

as noites em claro, empenhado hora a hora, minuto a minuto, na reconstrução econômica e política do Estado.

É S. Excia. o primeiro funcionário do Estado que dá o exemplo de trabalho e sacrifício para os demais funcionários, e, por isto venho desta tribuna fazer um apêlo do fundo do coração para que compreendam o desejo de S. Excia. de reconstrução do Paraná.

Não queremos que julguem que o sr. Governador do Estado deseja o massacre do funcionário público Absolutamente não. Queremos somente apelar para o funcionalismo que sai dos nossos lares, porque somos o povo e é do povo que sai o funcionário, para que coopere com a medida do S. Excia., de caráter transitório, mas de salvação do Estado.

Sabemos perfeitamente, sr. Presidente e nobres Deputados, que a situação precária de transporte em Curitiba, aflige a quantos que tem interromper o labor diário em busca dos seus lares para as refeições; sabemos também das dificuldades para se fazer essas refeições no centro da cidade por falta de Restaurantes Populares.

Tudo isto sabemos, mas o que não ignoramos é a situação do Estado que requer o máximo de sacrifício de nossa parte. E nós que somos a própria voz do povo, pedimos para que todos cooperem nesta obra que é de reconstrução do nosso Paraná.

O sr. Vieira Netto: — Permite um aparte? Fiz uma critica construtiva e justa. O apêlo que demos ao Sr. Moyses Lupion é um apêlo democrático. Não é incondicional. O resto é demagogia de V. Excia.

O SR. ALDO SILVA — Demagogia feita nesta Assembléia, como disse V. Excia., mas que jamas foi feita para galerias ou nas praças públicas para agitação das massas, dizendo muita cousa que não pôde siquer ser pensada, ou de quem sobe à tribuna para fazer faról, atacando uma administração honesta.

O sr. Vieira Netto: — Faról fazem os *speakers* de rádio.

O SR. ALDO SILVA: — Sou *speaker* de rádio que se honra de ser proletário que trabalha, que angaria com seu esforço o pão de sua família. Orgulho-me de ser *speaker*. De levar pelas ondas sonoras um pouco de alegria, de arte, de cultura e de informações aos lares de nossos patrícios. (Palmas nas galerias). Orgulho-me de ser *speaker* que faz do seu microfone uma tribuna para lutar pelo povo!

O sr. Vieira Netto: — V. Excia. está fazendo demagogia de novo.

O SR. ALDO SILVA: — E desta fórmula, sr. Presidente, reitero o meu apêlo do fundo do coração, para o funcionalismo do Estado, a-fim-de que compreenda o acerto, ou pelo menos o acerto experimental dessa medida, em benefício da administração pública do Estado, neste período transitório de alicercamento de um governo novo, para uma Paraná novo, e eu espero que os funcionários aceitem satisfeitos um sacrifício que se torna grandioso, porque é feito pela própria Pátria, que é o que mais pode enobrecer um homem. (Palmas).

O SR. EDGARD SPONHOLZ: — Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. EDGARD SPONHOLZ: — Sr. Presidente, srs. Deputados. Temos assistido, com raro e acatado apreço, a todas as medidas que têm surgido de todas as bancadas, com o propósito de cumprir a missão de todos nós: a de trazermos nossa colaboração à grandeza do nosso Paraná. Aqui se tem comprovado, pelas vozes dos representantes do povo, que eles aqui vieram querendo cumprir as próprias intenções do povo. Em data de 18 do corrente, acompanhei o nobre representante de Jacarézinho, sr. Helio Setti, ao Palácio do Governo, que ali foi entrevistar-se com o sr. governador Moyses Lupion, no sentido de solicitar a sua interferência junto ao Departamento Nacional do Café, para que esse órgão dilatasse o período de exportação da safra de café. Levamos ao conhecimento desta casa que, graças às atividades do sr. governador Moyses Lupion, foi prorrogado o prazo para a exportação. E aproveitando a minha estadia na tribuna, quero dizer que sou favorável à sugestão do Deputado sr. Vieira Netto, quanto à comissão que deveria entender-se com o sr. Moyses Lupion, sobre o caso dos ferroviários. Coloco-me a par dessa sugestão, para solicitar à mesma comissão que fôr

designada, que esclareça também a necessidade de se olhar num sentido mais prático a questão do transporte para o escoamento da safra agrícola deste ano. Mas, é outro o motivo que me traz a esta tribuna. A economia paranaense tem um dos seus esteios fortes e firmes na indústria ervateira. Por isto, esta Casa, no seu propósito de colaborar com todas as forças produtoras do Estado do Paraná, deve considerar, nesta oportunidade, a situação dos produtores dessa indústria extrativa. Por todos os setores, produtores do Paraná organizam as Cooperativas do Mate, obedecendo ao propósito de unir as classes quanto à exportação da erva, de tal maneira que a crise de 1927 para cá encontrou uma resposta no progresso de que hoje goza a classe ervateira do nosso Estado. É sabido que a desunião dessa classe, assim como a desunião de qualquer classe produtora, permite a exploração dos grandes industriais. Para que se mantenha coesa, para obedecer aos objetivos da organização, há a possibilidade do entrave conseguido pelo capital do grande industrial. Há um movimento, agora, por parte dos grandes industriais, no sentido de se desarticularem as classes dos produtores do mate.

O sr. **Vieira Netto**: — Quero informar a V. Excia. que esta decadência do Cooperativismo do Mate se iniciou quando os grandes monopolistas do mate tudo fizeram para derrubar essas cooperativas.

O SR. **EDGARD SPONHOLZ**: — Exatamente. Foi essa experiência do passado que nos animou à sugestão que fazemos aos nobres Colegas. A nossa solicitação está baseada nos seguintes termos: (lê):

“SOLICITAÇÃO

O Deputado infra-assinado, no uso das suas atribuições:

— Considerando que a indústria extrativa e o comércio do mate, constituem apreciável fonte da economia nacional;

— Considerando que as Cooperativas do Mate, em boa hora organizadas para assistência e defesa dos interesses do produtor ervateiro, têm alcançado, nos diversos exercícios financeiros, a consecução dos seus primordiais objetivos;

— Considerando que referidas instituições vêm desenvolvendo atividades de larga e proveitosa eficiência no seio da classe ervateira — uma, porque realiza o ideal da cooperação; outra, porque oferece bases de segurança à justa compensação do trabalho; e,

— Considerando, finalmente, que é dever precípua do Poder Público a vigilância e o provimento dos interesses coletivos.

SOLICITA

à Mesa da Assembléia Constituinte do Estado, envie uma mensagem ao Governo do Estado do Paraná, e outra à Junta Deliberativa do Mate, no Rio de Janeiro, encarecendo a necessidade da manutenção de um sempre efetivo amparo às Cooperativas do Mate no país, por parte desses poderes.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1947.

(a) **Edgar Sponholz** — Deputado Estadual”

Esta é a solicitação que tenho a honra de encaminhar a essa nobre Mesa

O SR. **SANTOS FILHO**: — Pela ordem peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. **PRESIDENTE**: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. **SANTOS FILHO**: — Senhor Presidente, nobres Deputados.

Não ergui ainda nesta Assembléia a minha voz por motivos vários, entre os quais, sr. Presidente e nobres Deputados, o de, nesta fase tão delicada, tão angustiosa da vida econômica do Estado trazer ou emprestar o sentido às minhas palavras de estôrvo ou obstrução, aos dignos e sadios propósitos do Governo atual. Mas a minha alma, Sr. Presidente e nobres colegas, palpita e palpitará toda a vez que neste plenário, sr. Presidente, se agitem questões que dizem respeito direto aos interesses e necessidades do povo. Sr. Presidente e nobres Colegas, sei que a principal finalidade desta Assembléia é de elaborar a Constituição, e elaborando a Constituição muito estará fazendo, porque estará elaborando a Carta Magna, a lei básica de onde partirão, necessariamente, as diretrizes necessárias ao bom andamento e grandeza do Paraná.

Sr. Presidente e nobres Deputados, as questões que todas as bancadas têm trazido, sejam sugestões ou pedidos de informação servem para mostrar, ao povo, sr. Presidente, a herança trágica que S. Excia. o sr. Governador teve ao assumir o Governo do Paraná, e conhecendo essas dificuldades teremos que lutar, a seu lado, e todos sabemos o fantástico e sobrehumano esforço que S. Excia. está fazendo para resolver todos os problemas.

Eu, sr. Presidente, tenho necessidade de aqui dar conhecimento, na hora do Expediente, de alguns problemas do município que aqui represento — e que tudo farei para honrar, porque, senão o fizesse, eu teria a convicção íntima de estar traindo aos interesses desse município.

Ontem, quando o Dr. Oscar Lopes Munhoz falando, disse que oportunamente viria trazer a debate os problemas do município que representa, eu me congratulava intimamente com o eminente e nobre colega e pensava: — “felizes os município que S. Excia. representa que podem esperar, infeliz do que represento que não pode esperar”. Não pode, sr. Presidente, e nobres colegas, porque há casos que tem que ser solucionados imediatamente, e elevando minha voz assim o faço para que os meus representados não, digam que estou silenciando, e é por isto que aqui venho ventilar esses problemas. Não venho fazer proposições, sugestões, pedir informes, porque funcionando a Assembléia em caráter Constituinte e não Legislativo, não tendo portanto a faculdade de legislar, segui, na defesa dos interesses urgentes do meu município o caminho mais adequado à solução dos problemas, e recebido pelo sr. Governador mostrou-se ele de uma maneira admirável como está resolvendo e como serão resolvidos os problemas do nosso Estado.

O primeiro problema que aqui trago, foi salientado por ele, diz respeito a uma carta que recebi de um amigo do município de Paranaguá, assinada por grande número de conterrâneos e também porque desejo que sobre estes problemas se pronuncie a Assembléia, e a Assembléia se pronunciará, porque ela representa o povo.

O primeiro problema diz respeito à Comissão Municipal de Preços, que lançou o povo de Paranaguá numa situação difícil por sua ganância e falta de patriotismo.

Disse o sr. Governador que havia resolvido esta questão a qual em breves dias teria a sua solução final.

O segundo caso é o péssimo estado do trecho entre Morretes e Paranaguá e S. Excia. mostrando na minha frente como conhecia os problemas do Estado, telefonou informando e eu levo a notícia ao povo do meu Município que este problema será sanado.

O terceiro problema, sr. Presidente, era um pedido de informação: (lê):

“PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O deputado Antonio dos Santos Filho, signatário deste pedido, no uso das suas prerrogativas, dirige à S.S. Sr. Doutor Secretário de Obras Públicas e Viação.

INFORMAR:

I — O motivo pelo qual os vagões adquiridos pelo Departamento do Cais do Porto de Paranaguá, nos Estados Unidos da América do Norte e chegados ao porto de Paranaguá em 5 de dezembro de 1946, pelo vapor “Wild Rover”, ainda continuam, em parte desmontados e alguns sobre outros vagões de uso do Cais, prejudicando, portanto, a utilização dos primeiros e dos segundos, quando a carência desse material para o serviço portuário, é de consequência verdadeiramente funesta ao comércio e à economia do próprio Estado.

II — Porque motivo continua o Estado sub-locando armazens de uso do Cais do Porto e portanto de propriedade do Governo do Estado, quando falta ao Cais espaço para receber as cargas que por ali transitam, prejudicando também, o desenvolvimento e progresso da cidade de Paranaguá, uma vez que as firmas sub-locatárias poderiam construir os seus próprios armazens.

É de notar que a sub-locação, acarreta evidente prejuízo ao próprio

Governo, pois inúmeras vezes ficam esses armazens vazios e o Cais impossibilitado de receber cargas por falta de espaço.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1947.

(a) Antonio dos Santos Filho

S. Excia. informou que estes vagões estão sendo montados, e que este pedido de informação seria objeto de estudo de S. Excia.

Sr. Presidente, srs. Deputados, já fizeram aqui proposições outros líderes e todos os seus pedidos de informação têm sido dirigidos ao Governo de S. Excia. e serão, porque esta bancada fazendo parte do Governo de Moyses Lupion, tem também responsabilidade.

E assim deixo a palavra levando ao meu município a notícia de que o Governo está trabalhando para um Paraná maior, e sobre tudo melhor. (Palmas).

O Sr. ALVIR RIESEMBERG: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O Sr. ALVIR RIESEMBERG: — Uma campanha, grande, nobre, patrocinada pela exma. sra. Herminia Lupion, agita nossa cidade e já se ramifica para o interior, visando a obtenção do "Promin".

A bancada da U.D.N., que conta na sua representação três médicos, julga interessante informar a esta Casa sobre o valor prático, o valor real, de uma campanha que mobilizará um numerário respeitável.

Será uma informação de ordem médica, para que possamos aferir o valor de tal empreendimento em bases exatas e, ipso facto, prestarmos a colaboração justa que a campanha requer.

Com este intuito procuramos ontem o dr. Aureliano de Matos Moura, ilustre Diretor do Serviço da Lepre do Estado, o qual nos prestou todos os esclarecimentos necessários.

Em 1943, no Leprosário de Carville, na Louisiana — E.U. da América do Norte — o dr. Faget começou a experimentar em casos graves de lepra, alguns derivados sulfônicos, entre os quais o "Promin" e a "Diasone".

Os resultados desta experiência, relatados e debatidos no último congresso americano de leprologia, do qual tomou parte, como delegado do Brasil, o sr. Aureliano de Mattos Moura, foram de molde a entusiasmar os congressistas.

No Hospital "Colônia São Roque", do nosso Estado, um caso grave da doença, ainda em início de tratamento, já evolui flagrantemente para a cura clínica. De fato, no ambiente doloroso dos Leprosários, renasce a maior de todas as esperanças.

E a campanha do "Promin" merece o apoio franco e integral desta Casa. Aproveitando esta oportunidade, sr. Presidente e nobres Deputados, eu peço que seja inserto na ata dos nossos trabalhos, um voto de louvor às abnegadas damas patricias que, no mais nobre e humano dos impulsos, estão agora trabalhando pela felicidade dos leprosos do nosso Estado. (Palmas).

O SR. ALCIDES PEREIRA JUNIOR: — Peço a palavra sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ALCIDES PEREIRA JUNIOR: — Ontem, antes de deixarmos esta Assembléia, V. Excia. nos transmitiu o honroso convite feito pela exma. sra. dona. Herminia Lupion para assistirmos hoje, pela manhã, o lançamento da campanha para a compra de medicamentos para o tratamento dos leprosos em nosso Estado, o maravilhoso Promin, a que acaba de fazer referência o nobre colega, sr. Alvir Riesemberg. Em companhia de V. Excia., sr. Presidente dos deputados, srs. Zagonel Passos e Lineu Novais, que nos conduziu gentilmente em seu automóvel, estivemos presente à cerimonia. Antes, porém, visitamos todas as dependências do Educandário Curitiba, estabelecimento que é um monumento levantado à bondade do povo paranaense conduzido pelo coração altruístico da mulher de nossa terra. Ali, sentimos uma profunda emoção, daquelas que a palavra não pode traduzir, presenciando o espetáculo de criancinhas desde 1 dia, até meninos e meninas de 16 anos, afastados do carinho dos pais, para que se livrem da enfermidade e que a estes contamina. Em compensação recebem diariamente

como uma benção divina, o carinho que lhes é dispensado por enfermeiras e damas da sociedade. São impressões indeléveis, que se gravam na alma de todo o visitante. E pena que esse estabelecimento não seja com mais frequência visitado pela população de Curitiba. Senhor Presidente, depois da visita que fizemos, depois de termos ouvido as crianças em seus cânticos e recitativos, fomos assistir à cerimônia propriamente dita, durante a qual se fez ouvir a dra. Marita França, em notável discurso que historiou a campanha feita no Estado para o combate à lepra. Fez justiça — como o faz todo o Paraná, ao Dr. Caetano Munhoz da Rocha na sua visão de estadista esclarecido, levantou os seus olhares de médico para os problemas de nossa terra. Foi ele, como os seus ilustres colegas não ignoram, o precursor da Assistência Social em nosso Estado, criando o Abrigo de proteção aos menores desamparados e construindo o Leprosário S. Roque, do qual hoje o Educandário Curitiba é um complemento. Assistimos, com o coração comovido, àquela significativa cerimônia. Impressionado por ela venho transmitir ao povo do Paraná um apelo para que deixe falar o coração, a exemplo de outras vezes, amparando esta campanha com entusiasmo, pois visa comprar o maravilhoso Promin, para a cura dos leprosos do Leprosário São Roque! É uma iniciativa das mais belas, quer sob o aspecto social, quer patriótico! Curando-lhes os pais, significará para as crianças a sua restituição ao seio da sociedade, fazendo-as gozar a suprema felicidade da volta ao lar!

E assim, dentro em breve, com a ajuda de Deus haverá menor número de "órfãos de pais vivos", na expressão de D. Aquino, todos eles abençoando a generosidade de nossa gente. (Palmas)

O Sr. HELIO SETTI: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Informo ao nobre Deputado que está terminada a hora destinada ao Expediente.

O Sr. HELIO SETTI: — Peço a V. Excia. para dar uma explicação de ordem pessoal durante a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE: — V. Excia. será atendido, sem prejuízo do assunto designado para a Ordem do Dia. A Mesa informa ainda que a solicitação do sr. deputado Edgar Eponholz será encaminhada aos órgãos competentes. Igualmente informa que a solicitação do sr. deputado Alcides Pereira será encaminhada. Passa-se à

ORDEM DO DIA

que consta de um pedido de licença formulado pelo deputado sr. José Alves Bacelar. Este pedido será posto em votação. Submeto-o, pois, à votação. Os que o aprovam, queiram levantar-se. Está aprovado.

O Sr. HELIO SETTI: — Peço a palavra, sr. Presidente, para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O Sr. HELIO SETTI: — Senhor Presidente, senhores Deputados. Sejam minhas primeiras palavras de cumprimento à Casa pela escolha brilhante da Mesa que dirige os nossos trabalhos. Sejam minhas palavras, de felicitação aos nobres colegas, que de um pleito cem por cento democrático, estão aqui para representar o povo, esse povo que vem de um período escuro, cheio de ignomínia e de miséria, para um período de verdadeira reabilitação. Ao meu eleitorado, ao eleitorado de minha querida terra de Jacaré-zinho, eu pretendo não agradecer com palavras, não agradecer com frases bonitas, mas, se os céus me favorecerem esta graça, agradecerei com o meu trabalho, com meu esforço. Eu não poderia sair hoje desta Casa, sr. Presidente e senhores Deputados, sem que dissesse alguma palavra, sem que me manifestasse publicamente, sobre o primeiro grande favor, o primeiro grande benefício, que o sr. Governador recém empossado dispensou a um pedido feito por mim e com a colaboração do meu colega de bancada doutor Edgar Sponholz, com referência ao prazo de embarques de café, pois que o Departamento Nacional do Café determinara que o prazo do embarque desse produto terminasse em data de trinta e um deste mês.

Em virtude das amiculdaes de transporte e da situação angustiosa das estradas, que fez com que nem dez por cento do café, a riqueza do Norte, fôsse embarcada, fizemos ao sr. Governador, ontem, ás cinco horas da tarde, o pedido de que conseguisse a dilatação do prazo para o embarque. Com uma eficiência digna de nota, vinte e quatro horas depois fomos informados que esse prazo fôra prorrogado por sessenta dias.

Atrevo-me a dizer, pois tenho a certeza, que o Norte, agradecido, se curva diante do senhor Governador do Estado, cheio de gratidão.

Senhor Presidente, com um calor que não concordo, começa-se a criticar um governo que mal começou. É muito cedo ainda. Foi ele eleito ontem, numa demonstração forte que veio do povo simples, e resolvido a ir de encontro ás vontades do povo. E o espirito de luta e sacrificio do sr. Governador, torna fácil a solução dos problemas do Estado.

É por isso que eu tinha necessidade de falar, para manifestar a gratidão pela acolhida generosa que tive de V. Excia., e amanhã vou à minha terra, dizer desta atenção e dizer da bondade de S. Excia., ao povo de minha terra, certo de que este povo, agora mais do que nunca, acredita nele.

Eu não devia falar mais em determinado assunto, sr. Presidente, já que foi o mesmo suficientemente esclarecido pelo nobre deputado Alvir Riesemberg, da U. D. N., e pelo meu companheiro do P. S. D., Deputado Alcides Pereira Junior, quando falaram sobre a lepra. Entretanto queria prestar uma homenagem a campanha generosa que se inicia. Que os nossos agradecimentos se volvam para a Primeira Dama do Estado, que tal o seu dileto esposo, o Presidente do Estado, se atira, tal como elle, à luta pelos interesses do Estado. Lutando neste momento pelos que sofrem de um mal tão terrivel. Que a ela se dirijam os nossos votos e o nosso reconhecimento.

E, para terminar, faço um apêlo profundo e grandioso, cheio de fé e esperança, de homem que vê o norte do Estado que se debate nas suas necessidades, para que nos trabalhos e lutas que se hão de travar nesta Casa, tratemos com carinho todo especial os problemas relativos ás obras de Educação e Saude, que aliadas ás de Transportes, hão de fazer com que o Norte se torne não sómente o celeiro do Estado, mas o celeiro do Brasil. (Palmas).

Finda a Ordem do Dia, o sr. Presidente marca para a sessão próxima, dia 24, à hora regimental, a seguinte

ORDEM DO DIA

Votação do Projeto do Regimento Interno.

Levanta-se a sessão.